

Uma revolução tecnológica a caminho do ensino público

O Ministério da Educação vai distribuir 100 mil computadores para escolas públicas do país, em um programa de R\$ 450 milhões

Marina Oliveira
Da equipe do Correio

No Centro de Ensino Rodeador, em Brazlândia, os estudantes — a maioria filhos de chacareiros pobres da região —, chegam à escola de bicicleta, de ônibus ou a cavalo. Quando as aulas começarem, no próximo dia 21, esta pequena escola rural, que tem 150 alunos, viverá uma revolução.

É que os garotos dessa escola receberão, neste dia, da Fundação Educacional do Distrito Federal, um laboratório de informática composto de computador de grande desempenho e um *kit multimídia* de alta performance. A escola, então, se ligará à Internet (rede mundial de computadores). O novo equipamento permitirá, por exemplo, que as crianças divulguem e aperfeiçoem seu maior orgulho: a horta de plantas medicinais, cultivada no fundo do colégio com ajuda de toda comunidade.

Foi para semear minirevolução como essa que o Ministério da Educação (MEC) criou o Programa Nacional de Informática (PNI). “Depois de discussões acaloradas com os secretários de educação dos estados, para definirmos como funcionaria o programa, estamos prontos para começar”, afirma o diretor do PNI, Cláudio Salles.

Em abril, o MEC abre uma licitação internacional para a compra de 100 mil computadores destinados às escolas públicas de 1º e 2º graus de todo o País — esteja ela si-

tuada no interior do Piauí ou num bairro nobre de São Paulo.

“As máquinas são o primeiro passo. O mais importante, porém, é o treinamento dos professores”, salienta Cláudio Salles. Ele lembra que 46% dos R\$ 450 milhões que serão investidos no projeto até 1998 serão usados na capacitação de pessoal.

CRITÉRIOS

“Queremos deixar claro que os computadores serão distribuídos com critério. Ou seja, só quem tiver infra-estrutura adequada e pessoal qualificado poderá receber o equipamento”, avisa Cláudio Salles.

O coordenador pedagógico e didático do programa, Jean-Marc Mutzig, acrescenta que será feito um acompanhamento constante de como a informática estaria refletindo na qualidade do ensino oferecido.

A partir dos dados do Censo Educacional de Informática, que estão sendo colhidos este ano em todo País, o Ministério poderá monitorar o aproveitamento dos computadores pelas escolas.

Uma particularidade importante do programa é o fato dele ser composto por núcleos estaduais. Ou seja, os estados terão autonomia para usar o computador da maneira que melhor se adaptar às suas necessidades.

Cada estado tem direito a uma cota de computadores proporcional ao tamanho de sua rede escolar. O colégio interessado em participar do programa tem que apre-

sentar projeto de uso pedagógico do equipamento à comissão de informática de seu estado, que avaliará a proposta. Dependendo do parecer da comissão, o MEC mandará os equipamentos.

PROFISSIONAIS

Paralelo a isso, serão criados os Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE) para dar apoio àquelas escolas que não dispõem de profissionais treinados em informática.

Mas, para que tudo isso funcione, é preciso que os estados participem ativamente do processo, contribuindo inclusive financeiramente.

Segundo a secretária de Educação de Pernambuco, Silke Weber, para cada real investido pelo MEC há uma contrapartida do estado. “Para receber um computador na minha escola, em Petrolina, tenho que arrumar a sala, conseguir gente para fazer a manutenção do equipamento, comprar os programas e principalmente treinar os professores”, explica ela.

De acordo com as contas da Secretaria, o estado de Pernambuco vai gastar R\$ 88 milhões nos próximos dois anos para ter condições de receber a cota de 4570 computadores a que tem direito. Inicialmente, serão equipadas as escolas das regiões metropolitanas de Recife, Petrolina e Caruaru.

DIFERENÇAS

Os estados que começaram a informatizar suas escolas mais cedo terão gastos menores e serão os primeiros beneficiados. Isso porque já atendem aos critérios estabelecidos pelo MEC para o programa.

No Brasil, a informatização das escolas começou há 15 anos. Mesmo assim, 90% das cidades do interior são carentes nessa área.

O Distrito Federal é um dos que saíram na frente. Desde 1983, a Fundação Educacional tem um Centro de Recursos Tecnológicos que desenvolve projetos e pesquisas na área de tecnologia aplicada à educação. Segundo Maria da Glória Noronha, chefe do centro, do total de 540 escolas da rede, 30 estão informatizadas.

PARCERIAS

Assim como a escola de Brazlândia, outras 19 receberão este mês um laboratório, ligado à Internet. E, até o fim do ano, mais 39 colégios serão beneficiados.

O dinheiro para compra desse equipamento vem do governo do Distrito Federal (GDF) e de parcerias com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Por isso, os cálculos da Fundação Educacional apontam para um gasto de apenas R\$ 7 milhões em dois anos para atingir os requisitos do MEC para o recebimento dos 1.170 computadores a que o Distrito Federal tem direito no programa.

“O computador não deve ser mais uma disciplina para o aluno, ou uma ferramenta de curso técnico. Ele tem que servir para o enriquecimento do currículo e principalmente para tornar mais agradável o ato de aprender”, resume Maria da Glória Serpa, que há 10 anos acompanha a informatização das escolas no DF.

Nisso, o pesquisador Frederic Litto, coordenador do núcleo de pesquisa Escola do Futuro na Universidade de São Paulo, concorda. “Diante disso, o importante não é jogar um monte de conhecimento para o aluno memorizar e sim ensinar como processar as informações que recebe”, avalia.